

# Outras antropofagias<sup>12</sup>

Alexandre Sá Barretto da Paixão<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo discute as possíveis variações do conceito de antropofagia, considerando parte dos acontecimentos de 08 de janeiro de 2023 em Brasília. A hipótese é que, se a partir de 1928, há um desejo problemático de estruturação mítica da identidade, nos anos 1960 e 1970 tal eixo torna-se alegórico; investindo em um determinado tipo de fabulação posteriormente cooptada pelo sistema neoliberal, desaguando em um pastiche antropofágico.

**Palavras-chave:** *antropofagia, arte contemporânea, política, arte brasileira.*

## Other anthropophagies

**Abstract:** The article discusses the possible variations of the concept of anthropophagy, considering part of the events of January 08, 2023 in Brasília. The hypothesis is that, if from 1928 on, there is a problematic desire of mythical structuring of identity, in the 1960s and 1970s such axis becomes allegorical; investing in a certain type of fabulation later coopted by the neoliberal system, flowing into an anthropophagic pastiche.

**Keywords:** *anthropophagy, contemporary art, politics, Brazilian art.*

---

1 Parte desta pesquisa é financiada pelo Programa Jovem Cientista – FAPERJ.

2 Agradeço imensamente ao diálogo com o pesquisador Leonardo Bertolossi

3 Artista-pesquisador, curador, crítico de arte e psicanalista. Pós-doutorando em História pelo PPGH- UFF. Procientista/UERJ com o projeto As revistas acadêmicas de Artes Visuais. Atual diretor do Instituto de Artes e professor do PPGARTES/UERJ. Sócio da Associação Brasileira de Críticos de Arte. Membro da ANPAP - Comitê de Poéticas Artísticas. Membro da Associação Nacional de História (ANPUH). E-mail: alexandresabarretto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7846-5145>. Lattes iD: [lattes.cnpq.br/0137944963846547](https://lattes.cnpq.br/0137944963846547). Niterói, Brasil



“O Dé Nú Igbó,  
O Fi Ofà Kan Soso Pa Igba Eranko.  
A Wo Eran Pa Sí Ojúbo Ògún Lákayé,  
Má Wo Mí Pa O.  
Má Sì Fi Ofà Owo Re Dá Mi Lóró.  
Odè Ò, Odè Ò, Odè Ò,  
Òsoosì Nì Nば Odè Inú Igbo Jà,  
Wípé Kí Ó De Igbó Re.  
Òsoosì Oloró Tí Nば Oba Ségun,  
O Bá Ajé Jà,  
O Ségun.  
Òsoosì O !  
Má Bà Mi Jà O.  
Ogùn Nì O Bá Mi Se O.”

Oriki africano

“A dor cantada era própria demais, única demais para ter acompanhamento, e dividir a dor alheia parecia falta de respeito.”

Ana Maria Gonçalves

“Depois das coisas que se estão vendo, não seria estranho que um dia destes, esgotadas todas as existências de viverses, se regularize a oferta de sacrifícios mortais.”

Gabriel García Marquez

“Com isso, fica muito difícil conversar com seus descendentes, os brasileiros de hoje. Eles não sabem defender racionalmente as virtudes do irracionalismo. Eles querem ser bárbaros, mas não é bárbaro quem quer. Só é bárbaro quem consegue convencer disso os outros, usando aquele tipo de silogismo que os escolásticos chamavam de bárbara. Vou explicar direitinho. Bárbara é um silogismo em que as três proposições são afirmativas e universais. Por exemplo: todos os bárbaros são meigos e imaginativos; ora, todos os brasileiros são meigos e imaginativos, logo todos os brasileiros são bárbaros. Entendeu? Sem bárbara não tem bárbaro, e quem não gostar do trocadilho tacape nele.”

Oswald de Andrade  
Psicografado por Sérgio Paulo Rouanet

“De um lado, tráfico negreiro, latifúndio, escravidão e mandonismo, um complexo de relações com regra própria, firmado durante a colônia e ao qual o universalismo da civilização burguesa não chegava; de outro, sendo posto em xeque pelo primeiro mas pondo-o em xeque também, a Lei (igual para todos), a separação entre público e privado, as liberdades civis, o parlamento, o patriotismo romântico, etc.”

Roberto Schwarz

“Com o devido respeito, gostaríamos que aqueles que se encarregam de descrever a colonização se lembrassem de algo: é utópico verificar em que se distingue um comportamento desumano de um outro comportamento desumano.”

Franz Fanon

“A antropofagia é um termo usado para descrever a prática de se alimentar de carne humana e foi usada como um símbolo de resistência cultural e política em algumas partes do Brasil. O 8 de janeiro de 2023 foi o momento em que o movimento de antropofagia e suas manifestações ganharam mais força no país. Nesse dia, centenas de manifestantes se reuniram em frente ao Congresso Nacional para protestar contra as políticas de direita que estavam sendo impostas pelo governo e exigir que as questões sociais fossem abordadas. Os manifestantes levantaram bandeiras, bateram panelas e cantaram músicas de protesto como “Movimento Anthropológico”, que fala sobre a resistência às forças conservadoras. Alguns deles também se vestiram como antropófagos, usando máscaras e adereços para representar o movimento. A manifestação mostrou que a antropofagia e suas manifestações ainda possuem força e não estão prontas para desaparecer.”

Chat GPT

Atravessar o ano de 2022 e as comemorações dos cem anos da Semana de Arte Moderna parece ter sido fácil se comparado ao ambiente político que precisamos cruzar e que provavelmente, atravessaremos por algum tempo no Brasil. O país encontra-se dividido entre dois grupos específicos: os defensores de alguma democracia cambaleante, refletida por um pensamento de esquerda, vencedor das últimas eleições presidenciais e os defensores da abjeto patrimonialismo e mandonismo representados por um partido de extrema direita. Importante lembrar que qualquer suposição de que tal partição atual é nova, seria uma afirmação enviesada de desconhecimento histórico. Originalmente o Brasil é e sempre foi um país cindido que, embora tenha conseguido dissimular sua violência institucional, jamais foi capaz ou teve interesse em problematizar de maneira mais

densa sua formação dicotômica que, em um primeiro momento, se reduz a colonizados e colonizadores ou escravizados e senhores de engenho. Talvez esta partição ainda estructure grande parte das relações, em todos os rincões do país.

Contudo, no começo do ano de 2023, especificamente em 08 de janeiro, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, invadiram o congresso em Brasília, como o objetivo de questionar o resultado das eleições, instaurando uma tentativa de golpe de Estado que terminou com a destruição de grande parte do patrimônio instalado nos prédios do governo. Neste pressuposto levante, a onda de destruição incluiu mobiliário histórico, equipamentos de informática, arquivos eletrônicos e também obras de arte. Naquele primeiro domingo após a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, pudemos assistir a fúria de uma turba que, financiada por empresários, religiosos e políticos, pôde estar em Brasília e que, com o apoio de parte das instâncias responsáveis pela segurança do Distrito Federal, expuseram seus horrores, sua violência e mais que isso, seu desca-so absoluto diante de qualquer elemento de cultura, compreendido aqui como um processo de construção coletiva de memórias, experiências, hábitos e objetos.

Compreender tal ato como um levante também se revela como uma abordagem ineficaz, já que em certo sentido, todo e qualquer levante se coloca como movimento contrário ao status quo, sendo movido por uma intransponível vontade radical de mudança, importando-se muito pouco com sua vitória ou seu fracasso. Todo o levante guarda consigo, a consciência de sua fragilidade. E a urgência que o põe de pé, é resultado de um agudo sufocamento imposto a seus agentes durante algum tempo determinado. Nesse sentido, a ação vista ali, ao contrário, teve por objetivo, além de questionar o resultado das urnas nas eleições presidenciais, manter a lógica do governo anterior. Não se tratou especificamente de um sufocamento imposto durante algum tempo, mas pelo medo do sufocamento vindouro a partir de uma possível mudança de perspectiva governamental. Tratou-se de uma tentativa de dirimir o silenciamento próximo que obviamente, não era profético. Além de uma estrutura de ação que visava a continuidade. E não a mudança.

“Nós nos levantamos para manifestar nosso desejo de emancipação, não para expô-lo como um bibelô em uma vitrine, como uma roupa em um desfile de moda ou como uma ‘performance’ em uma galeria de arte contemporânea. A potência e a

profundidade dos levantes guardam a inocência fundamental do gesto que os decide.” (DIDI-HUBERMAN, 2019. p. 27).

O levante para Didi-Huberman é erigido por um desejo de emancipação e não guardar consigo interesses de inserção direta em regimes de visibilidade como por exemplo, as redes sociais. Assistindo parte das transmissões feitas pelos próprios invasores, é possível considerar que parte da ação visava endossar certa supremacia diante da opinião alheia e a exogeneia do desejo estruturado como imagem; movimento contrário à condição profunda que norteia a inocência do levante que, contraditoriamente, no caso específico das invasões, foi ainda motivado e gerenciado por um conjunto de mandantes, empresários e em última instância pelas atitudes prévias do ex-presidente. Como por exemplo, o questionamento feito ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e às urnas eletrônicas.

O que se viu foi um anseio de tomada de assalto à revelia da lei e das instituições democráticas e uma aposta incontestante na reversão do poder instituído, que fosse capaz de devolver ao presidente anterior seu posto de líder ou, como o mesmo, gostava de se denominar de mito. O que surpreende é a radical ausência de dúvidas sobre tal possibilidade, alimentada de maneira física pela presença maciça dos corpos e de maneira simbólica, pela destruição de elementos representativos de uma história, por certo mal estabelecida, de um país consideravelmente jovem, mas com as já clichês dimensões continentais.

Se não se tratou de um levante, mas de uma tentativa de golpe, posteriormente confirmado em documentos na casa de agentes de sua equipe, é importante ainda questionar, como seria possível a estruturação de um desejo coletivo consideravelmente atroz que, além de desconsiderar os horrores promovidos pelo governo de Jair Bolsonaro, envolvendo a devastação da Amazonia, o genocídio do povo Yanomami, a condução perversa dos programas de saúde pública durante a epidemia da Covid-19, uma pífia política internacional entre tantas outras coisas, opta, de alguma maneira, por endossar uma prática metodológica de estrutura colonialista que é perfumada por uma herança incontestável da ditadura militar, aqui estabelecida a partir de 1964. Somado a isto, não é possível esquecer que o resultado das últimas eleições, embora tenha tornado Luiz Inácio Lula da Silva vitorioso, sublinhou que 49,10% da população, estava de acordo com as práticas do ex-presidente Jair Bolsonaro, apesar de todas as notícias e comprovações de sua conduta

enviesada, reforçada pela fuga para outro país e a vergonhosa conduta de não entregar a faixa presidencial ao seu sucessor.

Os caminhos para análise da barbárie são muitos e esbarrarão inevitavelmente na esfera do inaceitável. De todo modo, é possível considerar a pouca demarcação identitária e de programa entre os principais partidos no país, a falta de comprometimento político de parte da população, a ausência de uma investigação mais séria e a conseqüentemente condenação dos agentes torturadores na ditadura, a devastação da imaginação política e de sua capacidade de real transformação dos cenários, o uso indiscriminado das redes e dos aplicativos de mensagem, bem como a ausência de uma real proposta de regulamentação das mídias sociais. A presença fálica do estado e de uma perspectiva assistencialista fundadora, o distanciamento jamais realizado dos militares da vida política no Brasil, além da ascensão rápida e extremamente perigosa da igreja neopentecostal. A isto podemos somar uma disputa discursiva que se fantasia de disputa política, fundamentalmente pouco dialética e baseada na cobiça do privilégio econômico, além do coro dos descontentes, herdeiros de uma lógica colonial aliada a um arremedo de neoliberalismo que se apresenta como fantasmagoria. Nenhuma novidade.

Fundamental destacar que tais possíveis análises, além de jamais justificarem o que foi visto no segundo domingo do ano de 2023 no Brasil, não podem, por um compromisso ético de análise, serem compreendidos como um conjunto de fragilidades advindas sempre da esfera do outro. Trata-se de uma reunião de questões que nos erigem como conglomerado e das quais, não necessariamente em sua totalidade, nenhum de nós é capaz de escapar, considerando suas reverberações na vida cotidiana e nas relações estabelecidas entre nós. O grande eixo norteador de tais problemas é também, e não unicamente, o dispositivo de poder e seu gozo que, estruturado no Brasil a partir de uma perspectiva do território, do subjugo e do privilégio, termina por contaminar as estruturas mais insuspeitas. Embora seja sabido que o poder é em si, um elemento incontornável das próprias relações, me refiro aqui especificamente, a uma ferida narrativa de poder à moda brasileira, instaurada de maneira violentíssima desde a nossa fundação. Ou do nosso saque.

Por outro lado, não é possível pasteurizar tais relações, afirmando que os ataques de 08 de janeiro de 2023 são decorrência natural e absoluta de um processo histórico desde 1500. Além de leviano, me parece ingênuo natura-

lizar tal crime. E embora saiba que estamos lutando todos os dias para “desnaturalizar” o crime supostamente civilizatório que nos refundou, sob à luz abismal do genocídio, tais ataques, além de serem distintos, estão alocados em um outro momento histórico. Apesar disso, é possível fazer uma análise, mesmo que imaginária, entre tais atos e A Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964) pelo viés da formação discursiva que se estabelece de maneira rizomática, advinda dos mais diversos pontos, o medo do fantasma do comunismo e a defesa incontestável da moral e dos bons costumes, seja lá o que isso for. De todo modo, os últimos acontecimentos explicitaram de maneira ainda mais escancarada, um desejo de violência, que sempre existiu. Além de endossarem a vontade incontestável de destruição do outro, das escolhas do outro e da diversidade de opiniões.

Nesse sentido, se como hipótese, insistirmos na possibilidade de análise a partir de uma dicotomia entre extrema direita e esquerda, considerando inclusive que o centro e sua ideologia perfumam toda a relação, o que se viu foi um considerável desprezo à esquerda, aqui compreendida como possível zeladora de alguma diversidade, evidente inclusive, na posse do Presidente Lula com a participação plural de diversos setores da sociedade. Contudo, não se trata aqui de uma defesa radical da esquerda que obviamente, guarda diversos problemas como qualquer eixo, mas da constatação da injustificável reunião de um quantitativo considerável de pessoas, de todas as idades, capazes de investirem seu desejo em um ato violento de apagamento da própria escolha democrática e por conseguinte, da pluralidade, de modo a manter a todo custo, uma branquitude de pensamento (reforça-se aqui, o pensamento) que jamais abandonou o país. Branquitude esta, amparada pelo privilégio e pela desmoralização política efetiva, sintomas capazes de serem também detectados em outras lógicas discursivas.

Diante do assombro que se estabeleceu, tudo nos pareceu estranho. Estranho também freudiano que conjuga de maneira particular as relações de desconforto e de paradoxal reconhecimento de tal sensação como se fossem elementos casados. Para Freud, a partir do idioma alemão, estranho e familiar são velhos conhecidos que eventualmente se desconhecem, se assustam com a presença do outro e com a possibilidade de convívio. Convívio este regido pela experiência abissal do compartilhamento de sensações díspares e compatibilizadas. Convívio que se presentifica como enigma a partir da presença de duas esferas dissonantes que, apesar disso, insistem de maneira esgarçada em manter alguma relação.

Nesta situação vivida, considerando o regime democrático como solo inevitável para a estruturação do pensamento, o que nos causa estranheza, além da audácia e de todo o crime óbvio, foi e ainda é, a possibilidade de investimento maciço do desejo em um ato de proporções consideráveis, nutrido fundamentalmente pela violência física e pelo vandalismo. Como todo e qualquer estranhamento possível guarda em si, em seu útero epistemológico, algo de familiar, talvez seja importante alguma reflexão sobre o que ali se revelou como velho conhecido na carne nossa de todos os dias.

Se é surpreendente o desprezo à história do Brasil e às instituições democráticas quando tal situação é exposta na esfera macro, é ao mesmo tempo, óbvio, que as práticas territorialistas de dominação e de silenciamento, do gozo pelo poder como lugar de mando e desmando são elementos determinantes do processo colonizatório que, na esfera micro, cotidiana, ordinária da vida de todos os dias, está estabelecida de maneira incontornável nas comunidades, nas aldeias e nas periferias. E mesmo que não alocada fortemente a partir de marcadores geográficos, está sempre presente em um processo institucional de violência, discriminação e racismo entre os agentes da própria sociedade, em pequenas gotas de convívio que de fato, só quem as sofre, é capaz de narrá-las e evidenciá-las de forma mais ou menos justa, já que horror e a devastação não cabem na linguagem.

Por outro lado, talvez seja importante considerar como esta violência e desejo de subjugo se estabelece como mito fundador de uma lógica discursiva dentro da cultura brasileira. E nesse sentido, talvez seja importante não esquecer da noção de antropofagia, tão cara ao processo formativo de uma ideia de identidade de povo. Certamente a noção de povo e identidade mereceriam muitos outros comentários e análises, considerando a particularidade brasileira. De todo modo, sabendo da extensão da questão, é importante delimitar que, historicamente, a antropofagia, defendida inicialmente por Oswald de Andrade no primeiro volume da Revista da Antropofagia em 1928, serviu como tentativa de revelação, consideravelmente fantasmática, de um mito fundador de brasilidade capaz de construir uma imagem//fantasia que sintetizaria parte da partição formativa do país que, obviamente, estava intrinsecamente ligada ao panorama econômico.

Se a noção de antropofagia equivale a todos os brasileiros, independentemente de sua origem étnica, com o nativo original, agora geralmente extinto, o contexto econômico social que lhe deu origem contradiz sua própria ideia. Última respiração do movimento modernista que surgiu em São Paulo no final da década de 1910, a an-

tropofagia está inextricavelmente ligada à substituição da produção de cana-de-açúcar pelo café como o principal produto dentro da economia nacional. Esta transição teve o efeito de transferir a base de poder nacional do Nordeste para o Sudeste, e se tornou um motor interno crucial no desaparecimento do trabalho escravo em favor dos trabalhadores migrantes europeus assalariados. Esta última ocorreu não apenas por interesse econômico, mas foi apoiada pela política de inspiração eugênica de branqueamento da população através da miscigenação, uma faceta de hibridismo que muitas vezes é negligenciada dentro da retórica celebrativa da arte brasileira no cenário global. Embora não se possa associar o autor do manifesto, Oswald de Andrade a tal ideologia, o contexto político e social que tornou possível o seu surgimento não deve ser superestimado. O próprio Manifesto Antropofágico teve pouco impacto dentro da produção local em seu próprio tempo, pois no ano seguinte à sua publicação o crash do mercado internacional de 1929 mudou irreversivelmente o caráter do modernismo no Brasil. (ASBURY, 2012. p. 145)

Importante ressaltar que a antropofagia brasileira tenta, a partir de metodologias de guerra, convívio e devoração dos povos originários, sintetizar um modo de relação historicamente impossível no Brasil, de modo a aplica-las em uma narrativa estruturante capaz de instaurar alguma pedra fundamental de um processo de colonização que, esteticamente, espelhava majoritariamente até então, culturas e relações estrangeiras. Fundamentalmente a francesa. Se há alguma boa-vontade de retomar uma lógica de funcionamento primeva, de modo a trazê-la para a esfera da construção mítico-imaginária de uma formação, talvez nos tenha faltado naquele momento, uma real compreensão da violência prévia naqueles corpos e daquelas culturas que em nada eram dissidentes e que já estavam aqui antes de qualquer processo de suposto descobrimento. Operacionalmente e epistemologicamente, a antropofagia no começo do século XX também poderia ter sido lida como a evidência de um fracasso óbvio, no sentido de já não termos sobrevivido à destruição física e epistêmica. Embora tivéssemos índios no Brasil, a gigantesca quantidade de dizimados, parece ter sido ignorada.

Mas mais além disto, a impossibilidade e o fracasso também se colocam no deslocamento de uma prática para o não-lugar de uma elite intelectual naquele momento. Há um lapso considerável entre a antropofagia/canibalismo praticada pelos povos originários que evidenciava um desejo de construção de vínculos e de laços de maneira culturalmente natural e a sua posterior tomada conceitual proposta a partir da primeira metade do século XX. A passagem da prática indígena para o discurso colonizatório mereceria alguma consciência de sua dificuldade epistemológica que se deu equivocadamente com a mudança estrutural de sua linguagem, a supressão dos abismos culturais e a ignorância às diferenças econômicas e políticas.

A antropofagia moderna se aproxima de uma estruturação mítica, instaurada pela tessitura do discurso, dentro de um regime histórico que objetivava romper algumas amarras da influência internacional. E que exatamente por isso, estava também imerso em um processo ufanista de busca de um ideário de nação. Por certo, isto não inviabiliza todo o esforço alocado, como busca desassossegada de uma narrativa instituinte. O que talvez realmente importe, é o que fizemos com tal tentativa teórico-cultural, elitista obviamente, estabelecida. Contudo, é importante não esquecer que:

Sem acesso a modelos alternativos de Nação, os indígenas continuaram a ocupar o mesmo lugar, após as independências, que tinham antes. Assim, para superar o colonialismo interno brasileiro, seria necessário um reconhecimento das formas como os discursos nacionais ocultaram e fomentaram a colonialidade e ocultaram coletivos resistentes no passado e no presente. (CLAVO, 2020. p. 50)

É fundamental não esquecer que a proposta que se desejou mítica, compreendeu e abordou a cultura dos povos originários fundamentalmente como imagem e como aposta, sem ter tentado se aproximar de maneira mais contundente da realidade vivida por aqueles povos. E neste sentido, também de cooptação imagética para estruturação de um “falso” mito de origem. Portanto há naquele subsolo, algo de manutenção da colonialidade instituinte que, mesmo estabelecendo alguma fratura pelo viés do estranhamento e do humor, é ainda derivada de uma construção idealizada, romântica e distante da diversidade cultural da qual se alimentava. E que em nenhum momento, propõe de fato, uma investigação//vivência da alteridade. Como se, ao elencar o mito antropofágico, o tomasse também de assalto, de modo a justificar a sua própria existência e endogenia.

Diante disso, podemos sugerir que se, por um lado, o movimento antropofágico parece ter contribuído para a desfetichização da cultura europeia, especialmente em sua versão tropical, por outro lado, sua identificação acrítica com o ideário das vanguardas, levou a uma imagem fantasiada do ‘brasileiro’ (...) sua fetichização nos mantém no lugar marcado pela colonialidade (ROLNIK, 2021. p. 41)

Talvez seja, exatamente neste nó, que possamos fazer alguma crítica à antropofagia ali provocada: considerando a evidente devastação já percebida no período, tal “conceito” só seria aplicável se estivesse recheado e consciente de seu luto, de sua impossibilidade e de seu silenciamento. Ou pelo menos, se fosse capaz de não recair no engano estrutural, que nos acompanha até hoje, de que em alguns casos, a tomada de poder discurs-

sivo através da transformação da alteridade em pura imagem, é inviável. E só se consolidaria, caso fosse possível suprimir, por mais doloroso que seja, a ingenuidade de retomar, reassumir e gozar do lugar de mando, coronel, juiz, pai, curador e em última instância, do masculino//fálico.

Fálico como lugar nada deambulatório onde o discurso se estrutura, envelhece e se torna dogma. Se é de fato possível alguma crítica a antropofagia, é a de que talvez, nós (em compreensão mínima que somos passado, presente e futuro amalgamados) tenhamos compreendido mal e deixado com que nossa cobiça borrasse de maneira torpe, a fronteira entre a potência e o poder.

Podemos sentir, de maneira confusa, que a potência está do lado do rio e de sua origem, como se denotasse a maneira através da qual, uma torrente cria, por sua força intrínseca, a forma que seu leito terá. Sentimos que o poder está mais ao lado do canal ou da barreira: forma completamente diferente de extrair, do rio e de sua origem, uma energia mais útil, mais controlável. (DIDI-HUBERMAN, 2019. p. 49)

Se respeitada sua origem, a antropofagia não cabe em qualquer possibilidade de modelação. Sendo pura potência, a antropofagia retumba em si, sua própria urgência de nascimento e seu descontentamento. A possibilidade de aplicação prática, de represamento e de uso é e merece ser mantida, neste caso, nula. Embora a antropofagia seja instituída a partir de lógicas de poder, de captura e de dominação, é através do ato de devorar o outro, no júbilo da carne em sacrifício, que é feita a passagem encantada de retorno à potência, para que o equilíbrio de si, da comunidade e do território, seja reestabelecido. Ou seja, a antropofagia é também o retorno do não-lugar da potência, através da devoração do lugar de poder. Para a encanteria deste movimento, não há slogan, palavras de ordem ou manifestos possíveis. E exatamente por isso, possibilidade alguma de modulação.

O fato de serem tão variadas as modalidades do canibalismo e tão diversas suas funções reais ou supostas, leva a duvidar que o conceito de canibalismo adotado comumente possa ser definido de modo preciso. Ele se dissolve ou se dispersa a partir do momento em que tentamos agarrá-lo. O canibalismo em si não tem uma realidade objetiva. É uma categoria etnocêntrica: só existe aos olhos das sociedades que o probem. Toda carne, qualquer que seja sua procedência, é comida canibal para o budismo, que crê na unidade da vida. Ao contrário, na África, na Melanésia, vários povos tomavam a carne humana como uma comida igual às outras – se não a melhor, a mais respeitável, pois só ela, diziam ‘tem nome’. (Lévi-Strauss. 2022. p. 106)

Tal devoração provocaria uma névoa de satisfação catártica que se daria pela possibilidade de colocar em si, aquilo que do outro e no outro, é capaz de seduzir por sua evidência, de modo a também se fazer reconhecer, como em um espelho alimentar, o que em si é devorável. Em uma última instância, talvez seja isso o nutriente fundamental de toda e qualquer relação. Ou de outra maneira, talvez seja essa a particularidade mítica que estrutura a ínfima partícula de potência que erige as relações. Logo, é possível considerar que toda relação guarda consigo uma partícula de potência antropofágica.

Contudo, tais reflexões parecem completamente distantes de uma antropofagia mítico-modernista da primeira metade do século XX no Brasil, pois houve naquele momento, uma tentativa de aproximação hipotética de uma prática que tem um objetivo específico, dentro de uma cultura específica e em um arco histórico também específico. Esta tal antropofagia brasileira, perdida como toda e qualquer origem, que nutre uma busca incessante de uma identidade fadada a também estar sempre perdida, termina por se aproximar, na segunda metade do século, mais de uma alegoria do que propriamente de um marco discursivo de fundação.

É nas décadas de 1960 e 1970, que tal alegoria conhece sua possibilidade contemporânea, potencializando sua ironia inevitável e assumindo a entropia de sua materialidade simbólica. Na música, através da diversidade sonora, de instrumentos e de referências. Na literatura, por uma crise estrutural da narrativa tradicional. E nas Artes Visuais, em Hélio Oiticica por exemplo, pela horizontalidade dos materiais, no sentido da fratura de uma certa hierarquia matériaca, além obviamente, das lógicas conceituais que ali operaram, de modo a conjugar artes visuais e cultura popular.

A antropofagia que inicialmente se desejou mítica, por sua ambição de generalidade, arrogância e abrangência, ignorando sua impossibilidade metodológica, já que são práticas dissonantes, reencontra nos anos 1960 e 1970 sua fabulação e sua alegoria, aplicáveis a partir da experiência da individualidade, tornando-se capaz de rir de si mesma na construção de uma discursividade sem medo do fracasso, do engano e da desesperança. Não se tratou, na Tropicália por exemplo, de uma tentativa de reconstrução de um pensamento identitário, mas de uma atmosfera, de uma sensação de brasilidade, não-abrangente, não-toda, que se estruturava como reação às narrativas instituintes e a sua cooptação pela tradição. Nesse sentido, havia ali um sufocamento que também se deu diante de um certo

purismo da forma. E houve, repleta de meandros, uma tentativa de reconciliação, agora em outra esfera, do Brasil com o mercado internacional. Ampliada de maneira menos equilibrada a partir dos anos 1980.

E se, como hipótese pensássemos em uma atualização desta antropofagia nos dias de hoje, agora, já banhada pela espuma neoliberal? Como Suely Rolnik aponta, trata-se de uma antropofagia zumbi. Um resto antropofágico já morto que insiste em sobreviver de maneira esgarçada e trágica (não necessariamente consciente). Se antes, ou, originariamente, a devoção se dava estruturalmente para reforçar e afinar a potência do desejo em sua relação, a lógica atual, contemporânea, é a de um certo pastiche discursivo que toma o outro como objeto ou toma o objeto como possível outro, de modo a fortalecer imaginariamente aquele que devora. O ser/objeto devorado é apenas um sintoma de uma engrenagem mais ampla. Engrenagem esta onde a experiência subjetiva é obstruída pela possibilidade real de acesso ao outro. Movimento imprescindível para o potencial transfigurador de toda e qualquer relação. (ROLNIK, 2021. p. 44)

Ou como defende Eduardo Sterzi defende:

um aglomerado indígena-alienígena (...) longe já de toda 'a identidade' (...) nessa convergência encarnada de sintoma e símbolo que 'ele' agora é, o teatro dialético do eu e do outro, do próprio e do alheio, do ser e do nada. (...) um vírus de laboratório (...) uma facção (uma comunidade violenta formada a partir de quimeras de identidade); e o antropófago, com suas máscaras que são vórtices contraidentitários, deixando para trás, antes de tudo, mesmo a ilusão de humanidade – isto é, a humanidade como projeto de exceção soberana entre as espécies -, aspira à outra-face e, no extremo, à não-face, àquela im-pura máscara radicalmente intercambiável; a uma face em suma, que seja também uma ficção, isto é, um modo de ser capaz de desativar, num só lance, os impérios concorrentes da mentira e da verdade. (STERZI, 2022. p. 206 e 207)

Na atualização poética proposta da figura do antropófago, é interessante a sugestão de uma dialética teatral entre eu e o outro. Por certo caberia tentar compreender de maneira aprofundada o que poderia vir a ser tal dialética teatral. De todo modo, é suspeitável que a antropofagia seja hoje, além de zumbi em seu pastiche, uma dialética de encenação, ou melhor, do seu próprio drama; estrutura esta que sempre a norteou. Síntese da impossibilidade de convívio. Puro estranhamento. Palco italiano. Cena. Aqui no sentido também de um falseamento diante de seu público que assiste parte do desenrolar da História no escuro confortável de um teatro consideravelmente tradicional e assombrosamente mofado.

## REFERÊNCIAS

ASBURY, Michael. The Uroborus Effect, *Third Text*, Reino Unido, v. 26, n. 1, 141-147, 2012.

CLAVO, Maria Iñigo. Is it possible to decolonize the concept of cultural anthropophagy? *DATJOURNAL*, SP, v.5, n.3, p. (47-51), 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Désirer désobeir. Ce qui nous soulève*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Somos todos canibais*. São Paulo: Editora 34, 2022.

ROLNIK, Suely. *Antropofagia zumbi*. São Paulo: N-1 edições, 2021.

STERZI, Eduardo. *Saudades do mundo. Notícias da Antropofagia*. São Paulo: Todavia, 2022.

Artigo recebido em 4 de novembro de 2022 e aceito em 23 de novembro de 2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons

